

Entrevista com o professor Ângelo Ricardo de Souza: a avaliação da Pós-Graduação em Educação no quadriênio 2025–2028 – Que desafios nos aguardam?

Ângelo Ricardo de Souza ^I  

Luiz Gustavo Tirolí ^{II}  

Adriana Regina de Jesus Santos ^{III}  

Resumo

Na entrevista concedida à *Revista Educação em Análise*, o professor Ângelo Ricardo de Souza, Coordenador da Área de Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde 2022, discute os principais desafios da pós-graduação em Educação no Brasil, situando-os no contexto das transformações do Sistema Nacional de Pós-Graduação e do novo ciclo avaliativo da CAPES para o quadriênio 2025–2028. A conversa aborda questões estruturantes relacionadas ao financiamento, às assimetrias regionais, à formação de professores, à formação de pesquisadores e à identidade da área de Educação, destacando suas especificidades em relação a outros campos do conhecimento. O entrevistado analisa as mudanças introduzidas na nova ficha de avaliação, com ênfase na valorização da identidade dos programas, da autoavaliação, da inserção social, dos casos de impacto e da internacionalização compreendida de forma transversal, articulando esses elementos ao fortalecimento da qualidade da formação e da produção científica. Além disso, são discutidos os desafios decorrentes da redução da demanda pela pós-graduação, das transformações no mundo do trabalho acadêmico, do avanço da inteligência artificial na pesquisa e da necessidade de aperfeiçoamento permanente dos processos avaliativos, reafirmando a importância da diversidade teórico-metodológica, do compromisso com a pesquisa em Educação e da construção de políticas capazes de fortalecer a ciência, a formação de professores e pesquisadores e a contribuição social da pós-graduação brasileira. Nesse contexto de profundas transformações e de redefinição dos parâmetros que orientam a avaliação e o desenvolvimento da pós-graduação, a entrevista busca responder à seguinte questão: **quais desafios aguardam a área da Educação no novo quadriênio?**

Palavras-chave: Entrevista; avaliação da pós-graduação; quadriênio 2025–2025; CAPES.

- I. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenador da Área de Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde 2022. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: angelo@ufpr.br.
- II. Advogado. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: tirolil@uel.br.
- III. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: adrianar@uel.br.

Interview with professor Ângelo Ricardo de Souza: the evaluation of graduate education in education in the 2025– 2028 four-year period – What challenges lie ahead?

Abstract

In the interview granted to *Revista Educação em Análise*, Professor Ângelo Ricardo de Souza, Coordinator of the Education Area at the Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (CAPES) since 2022, discusses the main challenges facing graduate education in Education in Brazil, situating them within the context of the transformations of the National Graduate Education System and CAPES' new evaluation cycle for the 2025–2028 four-year period. The interview addresses key issues related to funding, regional inequalities, teacher education, researcher training, and the identity of the field of Education, highlighting its specificities in relation to other areas of knowledge. The interviewee analyzes the changes introduced in the new evaluation framework, emphasizing the recognition of program identity, self-assessment, social engagement, impact cases, and internationalization understood as a cross-cutting dimension, linking these elements to the strengthening of educational quality and scientific production. The discussion also examines the challenges arising from the declining demand for graduate education, changes in academic work, the advancement of artificial intelligence in research, and the need for the continuous improvement of evaluation processes. Throughout the interview, the importance of theoretical and methodological diversity, commitment to research in Education, and the development of policies aimed at strengthening science, teacher and researcher education, and the social contribution of Brazilian graduate education is reaffirmed. In this context of profound transformations and the redefinition of the parameters guiding the evaluation and development of graduate education, the interview seeks to answer the following question: **What challenges lie ahead for the field of Education in the new four-year evaluation period?**

Keywords: Interview; graduate education evaluation; 2025–2028 four-year evaluation period; CAPES.



Entrevista con el profesor Ângelo Ricardo de Souza: la evaluación del posgrado en educación en el cuatrienio 2025–2028: ¿Qué desafíos nos esperan?

Resumen

En la entrevista concedida a la *Revista Educação em Análise*, el profesor Ângelo Ricardo de Souza, Coordinador del Área de Educación de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES) desde 2022, analiza los principales desafíos del posgrado en Educación en Brasil, situándolos en el contexto de las transformaciones del Sistema Nacional de Posgrado y del nuevo ciclo de evaluación de la CAPES para el cuatrienio 2025–2028. La conversación aborda cuestiones estructurales relacionadas con la financiación, las asimetrías regionales, la formación de docentes, la formación de investigadores y la identidad del área de Educación, destacando sus especificidades en relación con otros campos del conocimiento. El entrevistado examina los cambios introducidos en la nueva ficha de evaluación, con énfasis en la valorización de la identidad de los programas, la autoevaluación, la vinculación con la sociedad, los casos de impacto y la internacionalización entendida de manera transversal, articulando estos elementos con el fortalecimiento de la calidad de la formación y de la producción científica. Asimismo, se analizan los desafíos derivados de la disminución de la demanda de estudios de posgrado, de las transformaciones en el trabajo académico, del avance de la inteligencia artificial en la investigación y de la necesidad de perfeccionar continuamente los procesos de evaluación. A lo largo de la entrevista, se reafirma la importancia de la diversidad teórico-metodológica, del compromiso con la investigación en Educación y de la construcción de políticas orientadas al fortalecimiento de la ciencia, de la formación de docentes e investigadores y de la contribución social del posgrado brasileño. En este contexto de profundas transformaciones y de redefinición de los parámetros que orientan la evaluación y el desarrollo del posgrado, la entrevista busca responder a la siguiente pregunta: **¿Qué desafíos esperan al área de Educación en el nuevo cuatrienio?**

Palabras clave: Entrevista; evaluación del posgrado; cuatrienio 2025–2028; CAPES.



Introdução

A pós-graduação brasileira atravessa um período de transformações profundas. Em um contexto marcado pela expansão do sistema, pelas crescentes demandas por internacionalização, impacto social, produção científica qualificada e enfrentamento das desigualdades regionais, os processos de avaliação conduzidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) assumem papel central na definição dos rumos da pesquisa e da formação em nível de mestrado e doutorado. No campo da Educação, esses desafios se aprofundam e adquirem contornos singulares, pois trata-se de uma área historicamente comprometida com a formação de professores, a produção de conhecimento voltada à compreensão dos fenômenos educacionais, o desenvolvimento de políticas públicas estratégicas e a formulação de respostas para problemas que atravessam as instituições educativas e a sociedade brasileira.

Para refletir sobre essas questões, entrevistamos o professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza, pesquisador com reconhecida trajetória nos estudos sobre políticas educacionais, gestão da educação e avaliação institucional. Professor titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atua no Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR) e no Programa Profissional de Pós-Graduação em Política, Planejamento e Gestão da Educação (PROPLAGE).

Graduado em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), mestre e doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), realizou estágio pós-doutoral na *University of Bristol*, no Reino Unido, e estágio sênior de pesquisa na *Università degli Studi di Trento*, na Itália. Sua trajetória acadêmica reúne extensa produção científica e participação em diferentes espaços de gestão, pesquisa e avaliação da educação brasileira.



Atualmente, exerce a função de Coordenador da Área de Educação da CAPES (Área 38 - desde 2022), posição estratégica para a condução dos processos de avaliação da pós-graduação nacional. Entre 2018 e 2022, atuou como Coordenador Adjunto da área, participando diretamente de discussões e processos de reformulação que vêm orientando o sistema avaliativo da pós-graduação brasileira. Sua trajetória inclui, ainda, contribuições em entidades científicas e acadêmicas, como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), bem como a atuação na coordenação e na editoração de periódicos especializados da área.

Nesta entrevista, discutem-se os principais desafios postos aos programas de pós-graduação em Educação no quadriênio 2025-2028, com ênfase em financiamento, assimetrias regionais e impacto social, bem como em suas especificidades em relação a outras áreas. Abordam-se também os sistemas de avaliação da CAPES, a preservação da diversidade teórico-metodológica e as mudanças introduzidas na nova ficha avaliativa (2025-2028), além de temas como internacionalização, formação de pesquisadores, impactos da inteligência artificial, especificidades das Ciências Humanas e os desafios estratégicos da Área de Educação no próximo quadriênio. A partir da experiência acumulada pelo professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza na pesquisa, na gestão universitária e na coordenação da Área de Educação da CAPES, busca-se compreender as perspectivas e os desafios que se apresentam para o futuro da pós-graduação em Educação no Brasil.

Perguntas

Tema: Desafios estruturais da pós-graduação brasileira e suas especificidades na área da Educação

Pergunta: Professor Ângelo, a pós-graduação brasileira enfrenta desafios relacionados ao financiamento, às assimetrias regionais, à internacionalização,



à produção científica e à crescente demanda por impacto social. No caso específico da área da Educação, quais desafios o senhor considera mais estratégicos para o próximo quadriênio? Em que medida eles se distinguem daqueles enfrentados por outras áreas do conhecimento?

Resposta: Há um conjunto de questões que são transversalmente impactantes no destino das Áreas da CAPES, como as que você citou (financiamento, assimetrias, etc.) além de propostas de mudanças na organização do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), materializadas especialmente por meio do Parecer CES/CNE 331/2024, da necessidade de um planejamento mais operativo para o sistema, uma vez que o atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) é excessivamente singelo.

Para a Área de Educação, afora esses elementos, temos ainda outros aspectos que se articulam diretamente com os nossos programas de pós-graduação, sua identidade, escopo e alcance na sociedade. Um primeiro ponto diz respeito à formação de professores para a educação básica e para a educação superior. Nossos programas recebem, especialmente nos cursos de mestrado, predominantemente discentes que são, em sua ampla maioria, docentes da educação básica. Isto ocorre tanto nos cursos profissionais quanto nos acadêmicos. Temos no Brasil, mais de 2,5 milhões de docentes da educação básica e menos de 5% deles possui formação em nível de mestrado ou doutorado, e são pessoas que estão distribuídas em todos os mais de 5,5 mil municípios brasileiros. Precisamos levar a pós-graduação, especialmente os mestrados, mais para perto dos docentes de educação básica, ampliando o número de programas e/ou transformando cursos unitários/singulares em cursos *multicampi* (em associação intrainstitucional) ou em associação entre instituições distintas.

Outro aspecto se articula a este anterior, e se relaciona com as modalidades de curso. Na Área da Educação, os cursos de mestrado estão se dedicando predominantemente a formar pessoas que terão ali, neste curso, a finalização da sua formação, porque a taxa de retorno dos discentes (egressos do mestrado)



ao doutorado é baixa em nossa Área. Isto significa que o mestrado acaba sendo a terminalidade desta formação e, salvo exceções, é uma formação que tem por objetivo maior qualificar (profissionalmente) as pessoas para a atuação em outros campos que não o campo acadêmico. Na prática, os mestrados, sejam acadêmicos ou profissionais, estão promovendo majoritariamente uma formação profissional. De outro lado, os doutorados, sejam acadêmicos ou profissionais, estão promovendo uma preparação qualificada para a inserção no mundo acadêmico e os egressos dos nossos cursos, de ambas as modalidades, tendem a procurar espaço no mercado profissional associado à carreira acadêmica. Ou seja, novamente na prática, se os mestrados estão mais profissionais, os doutorados estão mais acadêmicos. Isto tudo nos coloca a necessidade de uma discussão alargada com a comunidade e com a agência (CAPES) sobre a natureza e especificidade da formação promovida por nossos cursos, de maneira a podermos definir caminhos e estratégias de ação para os próximos anos.

Tema: Avaliação, diversidade e identidade da área de Educação

Pergunta: Há quem argumente que os sistemas de avaliação tendem a induzir determinadas formas de pesquisa, publicação e produção do conhecimento. Na sua avaliação, de que maneira é possível assegurar que a área da Educação preserve sua diversidade teórica e metodológica sem comprometer a construção de parâmetros compartilhados de qualidade?

Resposta: A formação na pós-graduação tem uma característica própria muito importante: trata-se de uma formação por meio da pesquisa e para a pesquisa. Isto é, o discente de um curso de mestrado ou doutorado na Área de Educação aprende a fazer a pesquisa educacional e desenvolve conhecimentos sobre como fazer uso da pesquisa no mundo acadêmico e profissional.

Quem forma esse discente, quem orienta esse mestrando/doutorando é um docente-pesquisador, porque não nos parece possível alguém que não



domina o fazer investigativo conseguir formar um pesquisador. Em nossa Área, exatamente por isso, todos os docentes precisam ter formação em nível de doutorado, isto é, precisam conhecer muito bem o fazer da pesquisa.

Quem faz pesquisa, discente ou docente da pós-graduação, tem por objetivo conhecer mais e melhor, descrever e analisar fenômenos (educacionais), responder problemas de investigação, propor soluções para esses problemas. Mas, tais pesquisadores não o fazem para si, isto é, não pesquisam apenas para si, no sentido de buscarem saber mais. Eles o fazem para desenvolver conhecimentos para si e para o mundo. A questão é que tais conhecimentos precisam circular, para que cheguem aos outros (pesquisadores, cidadãos, sociedade, organizações etc.). Por isso, cobramos que publiquem os achados de suas pesquisas.

Há várias formas de se contribuir com esse processo de circulação do conhecimento e devemos nos valer de todas elas, porque o pesquisador comprometido tem por objetivo fazer com que seus resultados de pesquisa cheguem no público para o qual o material foi escrito e nem sempre este público terá acesso cotidiano ou imediato a dado tipo de publicação em particular. Vale dizer, todas as formas de publicação dos resultados da pesquisa são válidas: produção bibliográfica (artigos, livros, capítulos de livros, verbetes em dicionários acadêmicos, trabalhos em eventos científicos), produção técnico-tecnológica (PTT: materiais de divulgação geral, material didático, palestras, apresentações etc.), produção artístico-cultural (PAC: filmes, áudios, músicas, exposições, curadorias etc.). É importante que o programa de pós-graduação (PPG) busque diversificar esta produção para chegar ao maior número possível de pessoas com a maior diversidade.

Contudo, esta ampla e diversificada produção não dispensa que um pesquisador possa abrir mão de publicar artigos científicos em periódicos acadêmicos. É fundamental, pelo compromisso que o pesquisador tem, que ele publique os resultados da sua pesquisa em artigos que circularão entre os demais pesquisadores na comunidade acadêmica. Isto é muito importante



para garantir que o conhecimento gerado por aquela pesquisa, dentre outros tantos possíveis objetivos, circule e colabore com o desenvolvimento do próprio campo científico.

Finalmente, não há, nem tem que haver, qualquer tipo de trava acadêmica, teórica ou metodológica, nas produções intelectuais que nossos discentes, egressos e docentes publicam, porque tampouco se deve admitir preconceitos ideológicos ou de outras naturezas sobre as escolhas dos pesquisadores.

Tema: Impactos dos processos de avaliação da qualidade da pós-graduação brasileira e a Nova Ficha de Avaliação (2025–2028)

Pergunta: A nova ficha de avaliação para o quadriênio 2025–2028 resulta de um processo de revisão do modelo avaliativo da CAPES. Quais são as principais mudanças introduzidas nesse instrumento e quais problemas ou limitações do modelo anterior se buscou enfrentar com essa reformulação?

Resposta: A nova ficha de avaliação que recai sobre este ciclo (2025/2028), para a denominada Avaliação 2029, traz inovações importantes na direção de melhorar tecnicamente o processo de avaliação, de diminuir o volume de informação demandado aos PPG e de explicitar focalizadamente os impactos e a qualidade da formação promovida. De outro lado, a ficha mantém elementos considerados importantes por nossa comunidade na avaliação dos programas em Educação. É importante registrar que esta ficha foi elaborada a partir de um amplo debate com nossos PPG ao longo do ano de 2024.

Há diversas mudanças, mas gostaria de destacar algumas delas. Uma primeira importante alteração é ênfase na identidade do programa. O PPG deverá ter isto bem elaborado e explicitado no seu relatório, pois os elementos desta identidade (missão, valores, objetivos etc.) servirão de parâmetro para a avaliação da qualidade da formação promovida pelo programa.

A criação de um indicador autoavaliativo também é uma novidade. Nossa nova ficha traz um indicador (2.2.2) que demanda aos programas que atribuam um conceito ao seu próprio desempenho (Muito Bom, Bom, Regular,



Fraco, Insuficiente) acerca do destino dos egressos e justifiquem tal conceito. É um primeiro movimento na direção de trazer os avaliados (os programas) a serem corresponsáveis pela atribuição da sua própria nota. É ainda uma ação pequena, com pequeno peso, mas que pode gerar resultados animadores para a evolução do sistema de avaliação.

Outro aspecto que se altera na nova ficha é a criação de um indicador destinado ao programa descrever as ações extensionistas desenvolvidas, desde que vinculadas aos projetos de pesquisa realizados. A ideia é de incentivar a socialização do conhecimento produzido e a inserção social do PPG.

E, finalmente, um novo indicador que demanda a indicação de “casos de impacto” nos quais os programas deverão constituir uma descrição sobre ações do PPG, preferencialmente coletivas, expressas em projetos, processos, produtos e pessoas, que tenham gerado impacto acadêmico ou social ou econômico ou educacional. A ação pode ter nascido muito antes do ciclo avaliativo (é retroativa há 12 anos), mas a evidência do impacto tem que ter se dado no ciclo 2025-2028.

Tema: Avaliação do impacto social e articulação com redes públicas de educação

Pergunta: Considerando a forte vinculação dos programas de pós-graduação em Educação com as redes públicas de ensino, por meio de ações como formação continuada de professores, assessorias pedagógicas, produção de materiais didáticos e projetos colaborativos, em que medida a nova avaliação consegue reconhecer essas iniciativas como produção de conhecimento, e não apenas como atividades complementares? Há avanços concretos na forma de avaliar o impacto social dos programas?

Resposta: Como mencionei nas perguntas anteriores, esses produtos compõem elementos importantes que evidenciam a inserção e os impactos do PPG na Sociedade. As produções técnico-tecnológicas, como as citadas em sua questão, são parte disto. A chave avaliativa retoma algo já destacado: a



identidade do programa. Isto é, a avaliação irá analisar até que ponto tais PTT estão articulados com os objetivos do programa e com as pesquisas desenvolvidas. Assim, não é exatamente qualquer inserção social que interessa, senão que aquela que se coaduna com o que o programa se propõe efetivamente.

Tema: Internacionalização na Pós-Graduação em Educação e os novos parâmetros da avaliação CAPES (2025–2028)

Pergunta: Historicamente, a internacionalização foi associada à mobilidade acadêmica, às publicações em coautoria e às parcerias com instituições de países centrais. A nova ficha de avaliação propõe uma compreensão mais ampla desse processo? De que modo a área da Educação tem pensado formas de internacionalização que valorizem redes de cooperação Sul-Sul, a produção em língua portuguesa e as especificidades dos contextos educacionais latino-americanos e lusófonos?

Resposta: A nova ficha traz outra novidade centrada nesta temática, a internacionalização. Diferente do que ocorreu nos dois ciclos anteriores, nos quais a ficha tinha um item para se tratar da Internacionalização, na ficha 2029 esta questão está posta transversalmente, atingindo 9 dos 10 itens da ficha (apenas na Autoavaliação não há a dimensão da internacionalização). Assim, os PPG poderão destacar no seu relatório aspectos da internacionalização condizentes aos temas próprios de cada um dos itens: identidade e estrutura curricular do PPG; mobilidade de pessoas – IN e OUT; planejamento de ações de internacionalização; destino de egressos; cotutela e dupla diplomação; participação de estrangeiros em bancas e demais atividades do PPG; pesquisa com parceiros internacionais; publicações no exterior e/ou com parceiros internacionais; nucleação internacional; visibilidade internacional do programa; solidariedade com IES estrangeiras; inserção e impactos internacionais do programa; etc.



Segue a regra de que o programa pode não ter uma vocação internacional e, por isso, sua inserção e impactos não alcancem elementos desta dimensão. Nem por isso, o programa será prejudicado, ao contrário, na Avaliação 2029, pela primeira vez, a Internacionalização não será um requisito para a atribuição da Nota 6 aos programas da nossa Área.

Tema: Formação de novos pesquisadores e sustentabilidade da pós-graduação

Pergunta: Nos últimos anos, observam-se desafios relacionados à atração e à permanência de estudantes na pós-graduação, especialmente em razão das oscilações nas políticas de financiamento, das mudanças no mundo do trabalho e das expectativas das novas gerações com relação à vida acadêmica-científica. Como o senhor avalia esse cenário e quais são os principais desafios para a formação de pesquisadores na área da Educação neste quadriênio?

Resposta: Temos observado uma redução na busca pela pós-graduação em geral no Brasil. Na Área da Educação, tendo em vista uma demanda grande não atendida, a citada formação continuada de professores da educação básica nos coloca um desafio hercúleo trabalho antecedido de muita discussão com a comunidade. De toda forma, nossos programas se ressentem menos deste problema, mesmo com menor procura do que outrora, especialmente em centros urbanos nos quais há maior oferta. Isto é, não temos falta de candidatos aos mestrados e doutorados em Educação, de maneira geral.

Há duas dimensões, pelo menos, que devem ser pensadas sobre este problema: 1) a citada necessidade de se promover a formação dos profissionais da educação básica, mas em um contexto de baixo apoio das estruturas de governo no âmbito dos estados e municípios, que são os principais contratantes desses profissionais. Ou seja, se tais governos não dispuserem políticas de apoio e incentivo à formação docente, poucos virão para cursar o mestrado, e menos ainda para o doutorado; 2) há uma evidente diminuição na



oferta de postos de trabalho no mundo acadêmico, seja pela não ampliação da oferta de educação superior, seja pela permanência dos docentes deste nível na carreira por mais tempo, decorrente das reformas previdenciárias, por exemplo. Com isso, nossos egressos, em especial dos cursos de doutorado acadêmico não encontram posições de contratação. Veja, formamos 17.000 egressos de mestrado e 6.000 de doutorado entre 2021 e 2024 nos nossos PPG em Educação. Não há posição acadêmica no mercado para a maioria desses doutores, portanto, muitos mestres que formamos não veem expectativa no futuro acadêmico e nem retornam para o doutorado.

Esse quadro demanda um estudo mais aprofundado e reflexões que nos ajudem a reorientar a oferta da formação que fazemos atualmente.

Tema: Inteligência Artificial e os desafios para a pesquisa e a avaliação

Pergunta: O avanço das tecnologias de inteligência artificial tem produzido impactos profundos na pesquisa acadêmica, na escrita científica e nos processos de formação de pesquisadores. Como o senhor avalia os desafios e as oportunidades que essas transformações impuseram para a pós-graduação em Educação e para os processos de avaliação da qualidade científica?

Resposta: De fato esta é uma grande questão. Toda a comunidade acadêmica, no Brasil e no mundo, está às voltas com a problemática gerada pelo crescimento dos instrumentos de inteligência artificial na pesquisa e na formação. Enxergo, como docente, que é preciso repensarmos as estratégias de formação, isto é, não faz mais sentido (se é que alguma vez fez...) demandar que o discente elabore um “trabalho acadêmico” em casa sobre dado tema e atribuir a tal texto todo o reconhecimento acerca da aprendizagem do estudante.

Da mesma forma, não se pode apenas analisar um projeto de pesquisa, para um processo de seleção, sem dialogar/entrevistar com o candidato. É/



Será preciso criar mecanismos de arguição para se verificar a autoria desses materiais.

Quanto à produção da pesquisa propriamente dita, entendo que o acompanhamento pelo orientador e demais estratégias do programa (avaliação de projeto, exame de qualificação etc.) podem ser suficientes para se identificar usos indevidos da inteligência artificial tanto na geração e análise de dados, quanto na produção do relatório (dissertação ou tese).

O ideal é que os programas, e toda a nossa comunidade, abram um debate sobre a questão e no âmbito de cada instituição ou programa se faça uma normatização acerca do uso responsável e ética dessas ferramentas.

Tema: Especificidades das Ciências Humanas e crítica à racionalidade avaliativa quantitativa

Pergunta: Ao longo das quadras históricas, a área de Educação tem problematizado modelos avaliativos baseados em critérios homogêneos, defendendo a necessidade de abordagens que considerem as especificidades das Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, cabe indagar em que medida a nova proposta de avaliação representa um efetivo deslocamento em direção ao reconhecimento dessas particularidades?

Resposta: A avaliação promovida pela Área de Educação vem buscando, desde há muito, melhorar a qualidade técnica do processo, ampliar a presença de indicadores qualitativos, incentivar e constituir mecanismos de autoavaliação e reconhecer a inserção social e os impactos da nossa formação e produção na sociedade, considerando as especificidades da pesquisa e da pós-graduação em Educação.

A Avaliação 2029 consolida este esforço, ao articular aqueles elementos que comentei anteriormente. Mas, há uma questão que segue central: o que os nossos programas fazem é formar mestres/doutores com alta qualidade para inserção acadêmica e profissional sólida, cuja pesquisa é, como vimos, estratégia e objetivo formativo, simultaneamente, mas lembrando sempre



que se trata de pesquisa em Educação. Nossa Área é multidisciplinar, por sua natureza. Isto acaba trazendo pessoas e pesquisas de campos os mais diversos para os nossos programas, o que é positivo, mas tal diversidade não pode descaracterizar a pesquisa aqui desenvolvida, a qual deve recair sobre a Educação, ou dito de forma mais ampla, sobre os processos de formação humana, vale dizer, estudos sobre: os sujeitos aprendentes, as pessoas que ensinam, o processo e as práticas de ensinar e aprender, na escola básica e superior ou fora dela, formal e não formal, os fundamentos (históricos, sociológicos, antropológicos, psicológicos, filosóficos etc.), a organização e a política, os resultados, os níveis, etapas e suas modalidades, a comparação nacional e internacional, dentre muitos outros objetos...

Por isso, a avaliação está centrada na identidade do programa, para que seja possível verificar a qualidade da formação promovida articulada às diferentes “entradas” feitas pelo PPG no campo da Educação.

Tema: A Área de Educação na CAPES e os desafios estratégicos para o Sistema Nacional de Pós-Graduação

Pergunta: Professor Ângelo, na condição de Coordenador da Área de Educação da CAPES, o senhor acompanha de forma próxima os desafios e potencialidades dos programas de pós-graduação em todo o país. Nesse contexto, que lugar a Área de Educação pretende ocupar no debate nacional sobre ciência, formação de professores e desenvolvimento social nos próximos anos? Quais são hoje as prioridades estratégicas da área para o fortalecimento da pesquisa, da formação de pesquisadores e da contribuição da pós-graduação para a educação brasileira?

Resposta: Estamos em uma Área grande que totaliza 202 programas de pós-graduação, distribuídos em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Ainda temos, todavia, que interiorizar mais a oferta e articular melhor esta oferta com o perfil da demanda potencial. Esse é um primeiro movimento que está no nosso horizonte neste novo mandato à frente da Coordenação da



Área: estamos em contato constante com pró-reitores e demais administrados de instituições de ensino e pesquisa para ampliarmos, diversificarmos e interiorizarmos a oferta dos nossos cursos.

Outra prioridade na política de pós-graduação é o debate sobre o financiamento dos programas, especialmente dos profissionais, que não contam com apoio do SNPG. A CAPES não financia, com algumas exceções, os programas desta modalidade. Aqui temos uma diferencial entre as modalidades que não se justifica. É sabido que o contexto orçamentário nacional é complicado, mas é preciso se constituir uma estratégia de longo prazo para captar e direcionar adequadamente os recursos para a pós-graduação. Nesse sentido, perdemos uma grande oportunidade recentemente, pois o novo PNPG não deu conta de apontar caminhos nesta direção. O novo plano que deverá entrar em debate no final deste ciclo deve ser ocupado por essa preocupação de maneira central.

Decorrente desta questão, temos o debate, já mencionado, sobre as diferenças entre as modalidades de curso e se faz sentido mantê-las no formato atual. Isto é, na prática, como mencionado, os cursos de mestrado têm se mostrado mais profissionais, enquanto os doutorados estão se centralizando na formação acadêmica. Assim, seria preciso mantermos as modalidades como postas atualmente? Não seria possível a superação deste modelo, permitindo que um mesmo programa possa ter uma linha, ou uma Área de Concentração mais profissional e outra mais acadêmica? Esse debate é urgente e está no foco de nossas preocupações para este ciclo.

Também há outro aspecto importante que diz respeito à qualidade do processo avaliativo. Penso que nos dedicamos muito nos últimos 15 ou 20 anos a melhorar a avaliação tecnicamente, e o fizemos com bastante êxito. Isto não quer dizer que não possamos aperfeiçoá-la ainda mais, porém é preciso melhorar a formação dos coordenadores e secretários dos PPG e dos avaliadores. Quanto aos dois primeiros grupos, é preciso melhorar a geração da informação para a avaliação. Temos uma rotatividade relativamente grande dentre os coordenadores dos PPG e isto provoca muitas vezes descontinuidades



na gestão e no registro dos dados do programa, o que impacta no relatório do programa e, conseqüentemente, dificulta a avaliação, gerando resultados negativos. Quanto ao último grupo, os avaliadores são pessoas experientes, usualmente ex-coordenadores de programas, muitos com vasta experiência avaliativa também em outras agências, mas nem sempre estão conectados com o “espírito” da avaliação quadrienal dos programas, isto é, nem sempre entendem o sentido de dado indicador, ou a razão de cobrança de dada informação, ou mesmo as conseqüências dos resultados da avaliação. Assim, já vimos trabalhando nisto, mas é preciso ampliar e qualificar um processo de formação continuada para essas pessoas no âmbito da Avaliação da Pós-Graduação (em Educação).

Tema: Perspectivas para o próximo quadriênio – o futuro da área

Pergunta: Para encerrarmos, quais são suas expectativas para a área da Educação no quadriênio 2025-2028? Que aspectos os programas devem priorizar desde já para responder aos novos parâmetros de avaliação e, ao mesmo tempo, preservar sua identidade acadêmica, sua autonomia intelectual e seu compromisso com a transformação social? Em sua avaliação, quais serão as características dos programas que se destacarão no futuro da pós-graduação em Educação?

Resposta: Estou confiante, pois nossa comunidade vem respondendo muito bem as demandas que o processo avaliativo tem colocado. Nosso esforço caminhará na direção de reforçar que o foco dos programas não pode ser a nota, mas sim a qualidade da formação promovida. A nota deve ser entendida como uma conseqüência desse processo. É claro que dada a centralidade da avaliação da PG na vida cotidiana, inclusive financeira, dos programas, não se pode (nem se deve) ignorar o processo de avaliação, mas as escolhas que o programa fará devem estar articuladas às respostas às seguintes questões: como posso tornar a formação que promovemos aqui de melhor qualidade?



Como podemos contribuir para formar mais e melhor essas pessoas? Como podemos contribuir mais e melhor com a qualidade da ciência e da educação no Brasil e no mundo?

Os programas que terão melhor desempenho no processo avaliativo serão aqueles que construirão estratégias para responder bem a estas perguntas, pois efetivamente este é o coração do que fazemos/devemos fazer: formar bem as pessoas, formar bem os pesquisadores, contribuir para o avanço do conhecimento.

Considerações finais

A entrevista com o professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza constitui uma profunda contribuição para a compreensão dos desafios e das perspectivas que permeiam a pós-graduação em Educação no Brasil, sobremaneira diante do novo ciclo avaliativo da CAPES (2025-2028). Ao longo desta conversa, o professor ofereceu uma análise consistente sobre questões estruturantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação, evidenciando a necessidade de conciliar rigor acadêmico, compromisso social, fortalecimento da pesquisa e respeito à identidade e à diversidade epistemológica que caracterizam a área da Educação.

As reflexões apresentadas transpõem uma leitura estritamente normativa da avaliação, ao defenderem uma concepção de qualidade fundamentada na formação de pesquisadores e professores, na produção de conhecimento socialmente referenciado, na ampliação do impacto das pesquisas, na valorização da inserção social dos programas e na construção de políticas capazes de enfrentar as desigualdades regionais e fortalecer a ciência brasileira. A entrevista também convoca para temas emergentes, como a ética no uso da inteligência artificial, a formação continuada dos docentes da educação básica no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, a internacionalização em perspectiva cooperativa e o aperfeiçoamento permanente dos processos de autoavaliação e avaliação da pós-graduação.



Nesse sentido, este diálogo assume especial relevância ao registrar o pensamento de quem ocupa a Coordenação da Área de Educação da CAPES em um momento decisivo para a pós-graduação brasileira. A entrevista apresenta reflexões sobre os novos parâmetros avaliativos e convida programas, pesquisadores, docentes, estudantes e coordenadores a analisarem o sentido da avaliação na pós-graduação, compreendida como um processo orientado à promoção de uma formação acadêmica de excelência, comprometida com a produção científica, o desenvolvimento social e nacional, a democratização do conhecimento e a transformação da realidade educacional.

Ao publicar esta entrevista, a Revista Educação em Análise reafirma seu compromisso com a divulgação de debates qualificados e com a circulação de ideias que contribuam para o fortalecimento da pesquisa, da formação de professores e das políticas públicas em Educação. Consideramos que este diálogo se constitui em um documento de referência para a comunidade acadêmica, sobremaneira para coordenadores, docentes e pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Educação, ao reunir reflexões que poderão subsidiar processos de planejamento, autoavaliação e construção de estratégias institucionais no quadriênio 2025-2028.

Registramos nosso mais profundo agradecimento ao Professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza pela disponibilidade, confiança e generosidade intelectual ao compartilhar sua experiência, suas análises e sua visão sobre os rumos da pós-graduação em Educação no Brasil. Sua contribuição engrandece esta edição da Revista Educação em Análise e reafirma a importância do diálogo acadêmico fundamentado, crítico e comprometido com a defesa da educação pública, da ciência e da formação humana. Receba nossa sincera gratidão e reconhecimento pela valiosa colaboração, que certamente permanecerá como uma importante referência para todos aqueles que se dedicam ao fortalecimento da pós-graduação e da pesquisa em Educação no Brasil.





Como citar

SOUZA, Ângelo Ricardo de; TIROLI, Luiz Gustavo; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. Entrevista com o professor Ângelo Ricardo de Souza: a avaliação da Pós-Graduação em Educação no quadriênio 2025–2028 – que desafios nos aguardam? **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-21, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.54455>.

Submetido em: 21 de maio de 2026

Aceito em: 14 de julho de 2026

Publicado em: 22 de julho de 2026

CRediT

Reconhecimentos:	Agradecemos ao Professor Ângelo Ricardo de Souza por conceder a entrevista.
Financiamento	Fundação Araucária (FA) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica
Contribuição dos autores:	SOUZA, A. R.: conceituação, curadoria de dados e análise formal; TIROLI, L. G.: elaboração das questões, transcrição dos dados, organização das informações e revisão do texto; SANTOS, A. R. de J.: curadoria de dados, análise formal e revisão do texto.



Equipe Editorial

Editora de Seção:	Quenizia Vieira Lopes
Membro da Equipe de Produção:	Junior Peres de Araujo
Assistente de Editoração:	Giovanna Martins Capaci Rodrigues
Layout e Diagramação:	Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico

